



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° /2010
(Do Sr.)

Requer a revisão do despacho aposto ao PL nº 6.164/2009, do Sr. Mauro Nazif.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 139, inciso II, alínea 'b', do Regimento Interno, a revisão do despacho inicial dado ao Projeto de Lei nº 6.164, de 2009, de autoria do Dep. Mauro Nazif, que *"Dispõe sobre a jornada de trabalho e o piso salarial do Zootecnista"* no sentido de que a proposta seja distribuída à Comissão de Finanças e Tributação para o exame da adequação e compatibilidade financeira e orçamentária, conforme o disposto no art. 32, inciso X, alínea 'h' do RICD.

JUSTIFICATIVA

Apesar do nobre intuito do proponente, é valioso ressaltar que a proposta visa fixar o piso salarial de uma categoria que integra os quadros de alguns órgãos federais e empresas públicas.

O Projeto, por não fazer distinção entre o regime jurídico que rege as relações de trabalho e o caráter administrativo dos empregadores - quer sejam pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado (perfil em que se enquadram igualmente as fundações, empresas públicas e de economia mista) - impõe à administração pública uma obrigação continuada que difere da política adotada às demais categorias empregadas no serviço público. Órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia de

Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e Banco do Estado do Amazonas (BASA) são alguns exemplos de órgãos subordinados à administração pública federal que recentemente realizaram concursos públicos para o seleção de provimento de vagas específicas para zootecnista. Infere-se portanto a necessidade de exame dos aspectos financeiros e orçamentários públicos, uma vez que há indícios do impacto nas despesas públicas federais.

Diante dos fatos, e em conformidade com os dispositivos regimentais, fica caracterizada a relevância da tramitação do referido projeto naquela Comissão que tem entre suas atribuições o exame de matérias de caráter financeiro e que acarretem impacto no orçamento público.

Sala das Sessões, em de 2010.

Deputado Wilson Santiago
(PMDB/PB)